

PRIMEIRA LINHA CIMEIRA EUROPEIA

UE tem cimeira decisiva para superar (velhas) divisões

Pela primeira vez desde que a crise da covid-19 assolou a Europa, os líderes europeus reúnem-se presencialmente. O objetivo passa por ultrapassar as muitas divisões que travam um acordo.

DAVID SANTIAGO
dsantiago@negocios.pt

Vai ou racha. É isso que, quase literalmente, está em causa no Conselho Europeu desta sexta-feira e sábado, em Bruxelas. Quando os líderes da União Europeia se reunirem para a primeira cimeira presencial desde que o novo coronavírus paralisou o Velho Continente, não estarão apenas a decidir os termos da resposta comunitária aos efeitos económico-sociais da covid-19, mas também o futuro, e respetivo grau de ambição, do próprio projeto europeu.

Foi isso que disse a chanceler alemã, Angela Merkel, a 1 de julho, no início da presidência rotativa da UE agora a cargo da Alemanha: “A forma como a Europa lidar com esta crise, comparativamente com outras regiões do mundo, vai determinar tanto o futuro da prosperidade europeia como o seu papel no mundo”, proclamou no parlamento germânico.

À chegada à capital belga, os líderes dos 27 Estados-membros terão em cima da mesa a “negotiating box” que o líder do Conselho Europeu apresentou para servir de base negocial e para facilitar

um compromisso quanto ao plano de recuperação.

Velhas divisões

A proposta de Charles Michel permitiu uma aproximação às pretensões dos chamados países frugais, encabeçados pelos Países Baixos e que se opõem a transferências orçamentais no seio da União. Contudo, não aproximou o suficiente e constata-se que prevalece a velha divisão norte-sul.

Mark Rutte, primeiro-ministro holandês, exige condições restritas de acesso aos apoios europeus e dar poder de veto ao Conselho sobre as reformas que os países terão de levar a cabo para receber dinheiros comunitários. Já o primeiro-ministro, António Costa, e o comissário europeu para a Economia, Paolo Gentiloni, entre outros, afastam esse cenário e apenas admitem que o Conselho possa deliberar por maioria qualificada.

Se os países “amigos da coesão”, em que se inclui Portugal, são favoráveis a mais integração e maior partilha de riscos, os países mais ortodoxos ao nível da disciplina orçamental – a chamada nova liga hanseática, também informalmente liderada por Haia – temem a reação dos seus contribuintes a ideias como a emissão de dívida conjunta para atribuição de subvenções a fundo perdido aos países do Sul.

Seja como for, a urgência de



Desde que haja vontade política, as diferenças são ultrapassadas.

ANTÓNIO COSTA
Primeiro-ministro

Não faz muito sentido falar de um choque entre dois blocos. O alinhamento entre os quatro frugais já não é muito visível.

BERNARDO PIRES DE LIMA
Analista e sócio da Firma



um acordo e a vontade política alemã surgem como fatores determinantes para superar o atual bloqueio. Por um lado, as projeções económicas são mais pessimistas a cada dia que passa – Bruxelas estima agora uma quebra do PIB de 8,7% na Zona Euro.



A forma como a União Europeia lidar com esta crise irá determinar o seu futuro,

O agravar da maior recessão desde a Grande Depressão e a necessidade de evitar que um acordo tardio atrase em demasia a chegada do dinheiro à economia real, assim atrasando a retoma, pressionam no sentido de um compromisso.

Por outro, a pouco mais de um ano de abandonar a chancelaria, e na posse da presidência semestral da UE, Angela Merkel não quer repetir erros do passado nem deixar o legado político em mãos alheias. A chanceler está, portanto, determinada em assegurar um acordo já em julho.

“Merkel fez uma evolução bastante rápida no sentido positivo de aprender com as perceções erradas da última crise. Isso vai condi-

cionar o desfecho desta negociação num sentido favorável”, afirma Bernardo Pires de Lima. O analista e sócio da Firma salienta que “a Alemanha estar mais comprometida com o interesse comum favorece qualquer solução”.

Polícia mau mais isolado

As últimas semanas de conversas bilaterais com vista à aproximação de posições expuseram a existência de um embate entre os quatro frugais e as quatro maiores economias (Alemanha, França, Itália e Espanha) da moeda única. Estes, apoiados na ambição demonstrada pelo eixo franco-alemão, defendem a emissão de dívida comum para apoiar, a fundo perdido, os países mais fustiga-

Reinhard Krause/Reuters



avisou Angela Merkel.

dos pelo surto sem que isso implique aumentos exponenciais das suas dívidas.

Mas no entender de Pires de Lima “não faz muito sentido falar de um choque entre dois blocos”, uma vez que “o alinhamento entre os quatro frugais já não é muito visível, o que resulta num bloco diluído”.

“A Áustria desapareceu em combate. Dinamarca e Suécia já pontuam as intervenções com maior flexibilidade. Deixaram o ónus de fazer de polícia mau aos Países Baixos”, avalia o também investigador do IPRI. Que não crê que a questão do respeito pelo Estado de direito inviabilize um compromisso: “A Hungria não

está no plano de intransigência dos Países Baixos, além de que é dos maiores beneficiários do orçamento comunitários.”

Acresce o facto de após várias cimeiras à distância, este Conselho voltar a ser presencial. “Uma cimeira presencial tem características que favorecem o processo de decisão”, lembra Pires de Lima apontando dados como a “exaustão negocial” ou as “negociações paralelas” que, tantas vezes, à 25.ª hora, ajudam a desbloquear impasses.

“Desde que haja vontade política, as diferenças são ultrapassadas”, diz o otimista António Costa. O futuro da UE depende da concretização desse otimismo. ■

Negociações

10 grãos de areia na engrenagem da bazuca europeia

A União Europeia pretende responder de forma una e solidária à crise pandémica e, assim, assegurar um rápido e robusto relançamento económico. Contudo, subsistem vários entraves que ameaçam frustrar as negociações que vão decorrer esta sexta-feira e sábado.

1 RÁCIO ENTRE SUBVENÇÕES E EMPRÉSTIMOS

A Comissão Europeia e o líder do Conselho Europeu avançaram propostas coincidentes para um fundo de recuperação de 750 mil milhões de euros (Próxima Geração UE - 500 mil milhões a fundo perdido e 250 mil milhões via empréstimos). Os países frugais (Países Baixos, Áustria, Suécia e Dinamarca), a que se juntou também a Finlândia, discordam da alocação de apoios a fundo perdido e exigem a prevalência de empréstimos condicionados que responsabilizem os respetivos beneficiários.

2 MODELO DE GOVERNAÇÃO

A “negotiating box” avançada por Charles Michel pressupõe que a governação do fundo de recuperação da UE seja feita através do método comunitário. Depois da luz verde da Comissão Europeia, o Conselho teria ainda de aprovar, por maioria qualificada, as reformas e os investimentos que os Estados-membros se proponham executar, tendo em conta as recomendações do Semestre Europeu. Mas os Países Baixos discordam e defendem que o Conselho tenha de aprovar por unanimidade, garantindo uma espécie de poder de veto sobre as escolhas políticas feitas ao nível nacional.

3 REFORMAS ESTRUTURAIS

O primeiro-ministro holandês insiste que o acesso aos apoios de emergência deve estar condicionado à prossecução de reformas estruturais ambiciosas, intenção rejeitada a sul pelos países mais atingidos pela pandemia, que rejeitam a repetição dos cortes levados a cabo pela troika.

4 CRITÉRIOS DE ALOCAÇÃO

A proposta do líder do Conselho estabelece maior ligação entre apoios e o impacto da crise numa tentativa de aproximação às exigências

dos países frugais e de Leste. São agora propostos critérios que levem em conta a população, o PIB e a taxa de desemprego dos Estados-membros, e ainda a quebra do produto nacional em 2021 e 2022. Os países do Sul preferem critérios assentes no PIB per capita, no rácio de endividamento público e na dimensão de cada economia.

5 DÍVIDA CONJUNTA

Apesar de parecer já certo que a UE acabará por, de forma inédita, financiar-se junto dos mercados, no Norte da Europa mantêm-se reticências quanto a uma decisão que, na prática, consideram implicar transferências orçamentais para as economias menos poderosas.

6 PRAZOS DOS PAGAMENTOS

De um lado, os países mais atingidos pela crise pandémica preferem prazos tão alargados quanto possível, do outro, os menos afetados, que querem limitar a vigência destes apoios que são, por natureza, excecionais e temporários. A “nego box” de Michel reduziu para 2023 o período durante o qual os Estados-membros têm acesso ao fundo de recuperação - os países têm de apresentar candidaturas aos apoios e executá-los, com todas as despesas já comprometidas, até 2023; e todos os pagamentos têm de ser realizados até 2026.

7 ESTADO DE DIREITO

O respeito pelas regras do Estado de direito mantém-se, ainda

que de forma menos rígida, na proposta de Michel como condição de acesso aos meios para a retoma, exigência feita com especial ênfase pelos países nórdicos. Contudo, a Hungria, que a par da Polónia está sob o procedimento do artigo 7.º dos tratados, rejeita tal associação e ameaça vetar qualquer plano que preveja essa condição.

8 REBATE

A Comissão quer acabar progressivamente com o mecanismo de rebate, criado a pensar no Reino Unido e que compensa os contribuintes líquidos para o orçamento comunitário. França concorda. Todavia, Países Baixos e Dinamarca, assim como a Alemanha, não abdicam deste desconto às suas contribuições. A proposta de Michel reserva 6,4 mil milhões de euros para estas compensações, sendo Haia (1,5 mil milhões de euros) e Berlim (3,6 mil milhões) as capitais mais beneficiadas.

9 RECURSOS PRÓPRIOS

Para reembolsar a emissão de dívida que financiará o Próxima Geração UE, é sugerido o aumento das margens virtuais do orçamento comunitário mediante um aumento temporário do tecto dos recursos próprios (de 1,2% do RNB para 2%). Charles Michel propõe impostos europeus sobre resíduos plásticos, plataformas digitais, emissões de carbono, porém vários países discordam de uma via que significa menor soberania em matéria fiscal.

10 MONTANTE DO QFP

Os frugais gostariam que o valor global do quadro financeiro plurianual (QFP) fosse inferior aos 1,074 biliões de euros propostos por Michel, enquanto os países do Sul e Leste, que rejeitam cortes nas políticas de coesão e no segundo pilar da política agrícola comum (algo que estaria assegurado por um QFP em torno dos 1,1 biliões propostos pela Comissão), preferiam uma verba mais ambiciosa.

Os países mais atingidos preferem prazos alargados, já os outros querem limitar a vigência dos apoios.

PRIMEIRA LINHA **CIMEIRA EUROPEIA**

Europa em contrarrelógio para injetar dinheiro

As verbas do SURE deviam chegar já este ano, mas nem com isso o Governo se compromete. Já o dinheiro do novo Plano de Recuperação pode tardar para lá de 2022. É preciso acelerar negociações para dar estabilidade às economias.

MARGARIDA PEIXOTO

margaridapeixoto@negocios.pt

O tempo está a contar. E para países como Portugal, de cada vez que os ponteiros dão a volta ao relógio e nada acontece, torna-se mais difícil tomar decisões que ajudem a vencer a pandemia e a crise económica. Mesmo que o Conselho Europeu chegue a acordo na cimeira que decorre entre hoje e amanhã, há o risco de os apoios chegarem demasiado tarde ao terreno.

“A possibilidade de o dinheiro do Plano de Recuperação chegar aos países no início de 2021 é reduzida”, defende Ricardo Santos,

macroeconomista especialista em assuntos europeus, em declarações ao Negócios. Mesmo que o Conselho chegue a acordo entre hoje e amanhã, os parlamentos nacionais terão de aprovar as decisões, os países têm de apresentar os seus planos de reformas e estes teriam de ser validados, explica. “Teria de ser tudo aprovado até setembro ou outubro”, nota.

Além disso, há que ter em conta que a União Europeia tem de se financiar em mercado e que é preciso garantir condições favoráveis. “Não se esperam dificuldades”, avalia Ricardo Santos, mas muitos países estão a aumentar emissões e por isso “há que gerir para evitar surpresas”, soma.

Na proposta do presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, que será avaliada pelos chefes de Estado, a ideia é começar a

alocar verbas do Instrumento de Recuperação e Resiliência (o mecanismo que representa a fatia de leão do plano) já em 2021. Mas o calendário é curto.

Margarida Marques, eurodeputada, explica ao Negócios que



A possibilidade de o dinheiro do Plano de Recuperação chegar aos países no início de 2021 é reduzida.

RICARDO SANTOS

Macroeconomista especialista em assuntos europeus

alertou a Comissão Europeia para os riscos de atraso. A ser aprovado, o objetivo é que o Plano de Recuperação entre em vigor a 1 de janeiro. Mas a Comissão propôs a “metodologia tradicional” de operacionalização das verbas, adianta.

Ou seja, os Estados-membros entregam um plano de reformas preliminar em outubro; este plano é tornado definitivo em abril e uma vez validado é estabelecida uma parceria entre a Comissão e o país em causa. Depois, é feita a cabimentação e só depois se entra na fase de pagamento, explica a eurodeputada. “De acordo com esta metodologia, o dinheiro só chega aos países em 2022 ou 2023”, assegura Margarida Marques. E por isso apelou à Comissão para que encontre uma alternativa: “Pedi que adote uma metodologia diferente.”



Neste momento não é possível determi

PERGUNTAS E RESPOSTAS

Qual é o plano da Europa para sair da crise?

Os líderes europeus estão à procura de um consenso para desenhar um plano e sair da crise. Há vários mecanismos e muito dinheiro em cima da mesa. Mas será preciso operacionalizar tudo em tempo recorde para a resposta ser eficaz, ao mesmo tempo que evita o excessivo endividamento dos Estados.

O QUE ESTÁ EM CIMA DA MESA DO CONSELHO EUROPEU?

O Conselho Europeu vai avaliar a proposta do Plano de Recuperação da União Europeia. Há uma primeira versão que partiu da Comissão Europeia, mas em cima da mesa está a versão reformulada pelo presidente do Conselho, Charles Michel, na tentativa de aproximar os países e chegar a acordo. Estará também em análise a proposta revista para o quadro de financiamento plurianual para 2021-2027. Na proposta de Charles Michel, o valor passa para 1.074 mil milhões de euros.

EM QUE CONSISTE O PLANO DE RECUPERAÇÃO DA UE?

O Plano de Recuperação da UE tem várias vertentes: inclui o quadro financeiro plurianual, a resposta ini-

cial acordada pelo Eurogrupo no valor de 540 mil milhões de euros e um fundo de recuperação de 750 mil milhões de euros. Este fundo será

constituído através de endividamento da União Europeia, em nome dos Estados-membros.

A UE VAI DAR OU EMPRESTAR AOS ESTADOS-MEMBROS?

O fundo de recuperação prevê a transferência de 500 mil milhões de euros em subvenções, e de 250 mil milhões de euros em empréstimos, tanto na proposta da Comissão Europeia, como na de Charles Michel. O objetivo é evitar que os países mais afetados pela pandemia de covid-19 e pela crise económica fiquem demasiado endividados, comprometendo o crescimento económico futuro da região e potenciando o risco de uma segunda onda recessiva. Ao mesmo tempo, atribuir todo o apoio através de transferências a fundo perdido não seria aceitável pelos Estados mais ricos da União.

O fundo de recuperação prevê transferir 500 mil milhões em subvenções e 250 mil milhões em empréstimos.

Francois Lenoir/Reuters



nar com segurança quando chegarão aos países as ajudas de Bruxelas.

COMO É QUE A UE PAGA OS 750 MIL MILHÕES?

O objetivo é combinar várias formas de lidar com o endividamento da União Europeia. Parte da dívida será paga com as contribuições dos países, outra parte vai sendo refinanciada, de forma a perder peso através do crescimento económico da região, e outra ainda será suportada através do aumento dos recursos próprios da UE. Estes recursos próprios são, na prática, novos impostos. Charles Michel sugere que a amortização da dívida comece já em 2026 e aponta para a tributação do lixo plástico, impostos digitais e para um ajustamento no mecanismo de emissão de carbono.

QUE MECANISMOS INCLUI O PLANO DE RECUPERAÇÃO?

O Plano de Recuperação inclui o Ins-

trumento de Recuperação e Resiliência, que é a fatia de leão, com um total de 560 mil milhões de euros. Tem ainda um pilar de apoio ao se-

O calendário da chegada dos fundos ao terreno é ainda muito incerto e há o risco de atrasos.

tor privado, prevê o reforço de diversos programas europeus e, na proposta de Charles Michel, inclui uma Reserva para o Ajustamento ao Brexit de cinco mil milhões de euros. Este plano conta também com o quadro financeiro plurianual de 2021-2027, que fica mais curto.

COMO FUNCIONA O INSTRUMENTO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA?

Este instrumento prevê a disponibilização de um total de 560 mil milhões de euros aos Estados-membros, dos quais 310 mil milhões revestirão a forma de subvenções, e os restantes a forma de empréstimos. Para aceder às transferências a fundo perdido, os países terão de apresentar um plano de reformas (a ideia é que a versão preliminar seja entregue já em outubro), o qual terá

São esperadas verbas este ano. Mas chegam?

Seria de esperar que o financiamento através do SURE, o mecanismo europeu para apoiar o mercado de trabalho e que será determinante para pagar os lay-offs em Portugal, chegasse ainda este ano. Segundo o Orçamento do Estado suplementar, está em causa uma verba total de 1.182 milhões de euros.

Mas, contactado, o Governo é particularmente cauteloso na gestão de expectativas. “O processo de estabelecimento de garantias por parte dos Estados-membros, que é uma condição de efetivação do programa SURE, ainda não está concluído pelo que é prematuro responder”, disse fonte oficial ao Negócios, sobre o timing e a forma de disponibilização do dinheiro.

Outra resposta é o reforço de 11,5 mil milhões de euros ainda no quadro financeiro plurianual de 2014-2020 para muscular o ReactEU, os fundos de recuperação externa e o programa de solvência das empresas. “Este dinheiro pode chegar ainda este ano ou, numa perspetiva mais realista, em fevereiro”, antecipa a eurodeputada.

Entretanto, não quer dizer que os países estejam sem ajuda comunitária. Há o apoio do BCE com a intervenção no mercado secundário, as linhas de financiamento do Banco Europeu de Investimento e o programa de finan-

ciamento disponibilizado pelo Mecanismo Europeu de Estabilidade.

Mas é suficiente? “Ainda falta a estabilização de curto prazo da economia”, defende Ricardo Santos. Se o Plano de Recuperação estivesse já no terreno poderia ajudar, mas daqui por um ano corre o risco de vir quando já demasiadas empresas fecharam. “O dinheiro seria necessário agora para manter as empresas abertas e estimular a procura das famílias”, diz, argumentando que a reestruturação de setores como o turismo ou os transportes poderia começar já.

Os mecanismos que já estão no terreno são meios de financiamento (em condições favoráveis, é certo) e não transferências a fundo perdido. “Há financiamento, acresce é à dívida de cada país”, nota Ricardo Santos, adiantando que países como Portugal deram respostas mais tímidas com receio do futuro. Além disso, a própria indefinição para o futuro prejudica o presente, defende Bernardo Pires de Lima, investigador do Instituto Português de Relações Internacionais. “Será difícil para qualquer Estado, sobretudo os mais pequenos, atacar o que aí vem sem verbas comunitárias, tenham elas as condições e a origem que tiverem”, frisa. “Nas empresas há uma inquietação brutal sobre a indefinição do que aí vem”, remata. ■ **COM DS**

depois de ser validado por maioria qualificada do Conselho (isto de acordo com a proposta de Charles Michel). Depois, a Comissão Europeia decide a libertação das verbas, com base na avaliação do comité económico e financeiro.

QUANDO CHEGA O DINHEIRO?

O calendário da chegada dos fundos ao terreno é ainda muito incerto e há o risco de atrasos. Na proposta de Charles Michel, o objetivo é começar a alocar verbas em 2021, mas vários peritos avisam que será difícil cumprir este prazo. Na proposta da Comissão, os planos de reformas dos países só seriam validados na sua versão final em abril. Na proposta do presidente do Conselho, o objetivo é entregar 70% das subvenções (217 mil milhões de euros) até 2022 e os restantes 30%

(93 mil milhões) em 2023. A totalidade das verbas estará entregue até 2026.

HÁ MONITORIZAÇÃO DOS PAÍSES?

Este é um dos pontos mais sensíveis. Na proposta de Charles Michel os países vão sendo monitorizados pelo comité económico e financeiro, cabendo à Comissão a libertação de verbas. Os seus planos de recuperação para aceder ao dinheiro têm de estar em linha com os objetivos do semestre europeu e com as recomendações específicas por país da Comissão Europeia. O chamado grupo dos frugais quer garantias de que os países receptores usam as verbas para se reformar, mas há uma aversão das economias mais frágeis à ideia de condicionalismo para a libertação do dinheiro, a fazer lembrar os tempos da troika. ■ **MP e DS**